

*ONGUISMO* COMO NOVA GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO PARA A  
BIODIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DAS ONGs NA AMAZÔNIA  
BRASILEIRA

*ONGUISMO* COMO NUEVA GEOPOLÍTICA DEL IMPERIALISMO PARA LA  
BIODIVERSIDAD: UN ESTUDIO SOBRE LAS ONGs EN LA AMAZONIA BRASILEÑA

Nazira Correia Camely / Universidade Federal Fluminense / [naziracorreia@gmail.com](mailto:naziracorreia@gmail.com)

**Resumo:** A política ambientalista formulada pelos países imperialistas foi implantada nos países dominados e ricos em biodiversidade, resultando num grande aumento das áreas de conservação ambiental, especialmente na Amazônia Brasileira. As grandes ONGs ambientalistas são os principais agentes deste processo, atendendo aos interesses estratégicos do imperialismo para a indústria da biotecnologia. Isto resultou numa reconfiguração do espaço agrário na Amazônia acarretando sérias conseqüências sobre a vida das populações que aí habitam: expulsão de suas terras e ameaças ao seu modo de reprodução devido às restrições ambientais impostas.

**Palavras-chave:** Amazônia, Imperialismo, ONGs, Geopolítica, Latifúndio.

**Resumen:** La política ambiental fue formulada por los países imperialistas y desplegarse en los países dominados ricos en biodiversidad, dando como resultado un gran aumento en las áreas de conservación del medio ambiente, especialmente en la Amazonia brasileña. Las ONG ambientales más importantes son los principales actores en este proceso, teniendo en cuenta los intereses estratégicos del imperialismo para la industria de la biotecnología. Esto dio lugar a una reconfiguración de un paisaje agrario de la Amazonia y trajo graves consecuencias en la vida de las personas que viven allí, siendo expulsados de sus tierras y las amenazas a su forma de reproducción debido a las limitaciones del medio ambiente.

**Palavras-clave:** Amazonia, Imperialismo, ONGs, Geopolitica, Latifundio.

## **Introdução**

Este artigo pretende apresentar os resultados obtidos na pesquisa da tese “A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia Brasileira: um estudo sobre o estado do Acre”, Camely (2009), que se constitui principalmente no levantamento das estratégias das grandes ONGs ambientalistas para a Amazônia. Este trabalho desvenda como a estratégia do imperialismo estadunidense foi desenvolvida pelas ONGs ambientalistas, sendo estas seus agentes táticos, mas também estratégicos; e algumas de suas implicações, como a constituição de grandes áreas de reservas de terras para o uso futuro do imperialismo. As conseqüências da reconfiguração do espaço agrário – decorrente da constituição de unidades de conservação - sobre a vida dos camponeses

averiguamos em pesquisa de campo realizada em duas áreas de conservação no Estado do Acre, o Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD) e a Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX Chico Mendes).

## **2 – A estratégia do imperialismo para a biodiversidade: as ONGs como novos agentes**

As políticas ambientais para os países dominados foram formuladas por organismos do imperialismo, como as organizações e programas da ONU e da USAID. A implementação destas políticas na Amazônia brasileira foram viabilizadas pelas políticas públicas de organismos do governo que tiveram e têm como principais atores, tanto na elaboração como principalmente na execução delas, as ONGs. Este quadro foi estrategicamente elaborado como parte da geopolítica ambiental visando à proteção da biodiversidade que organismos como a USAID elaboraram para o setor, elegendo as grandes ONGs como seus principais executores. Nesse campo se formará um ambientalismo *ongueiro* que terá sua principal expressão em três grandes ONGs, WWF, CI e TNC<sup>1</sup>, que Diegues (2008) denominará como “as multinacionais da conservação”.

Em setembro de 1994 ocorreu um seminário em Miami organizada pelo consórcio das ONGs WWF, TNC e CI, que eram as responsáveis pelo programa da USAID Biodiversity Support Program e do qual também faziam parte as ONGs WCS e WRI<sup>2</sup>. Diegues (2008) relata no prefácio do livro por ele organizado sobre a ecologia política das grandes ONGs o que ocorreu nesta reunião. O professor Antonio Carlos Diegues e mais 72 pesquisadores, a grande maioria da área de ciências naturais, foram convidados para participar deste seminário com o objetivo de discutir o documento da USAID para a conservação da biodiversidade. Segundo Diegues (2008, p. 9) o documento estabelecia áreas prioritárias para a conservação baseadas em quatro critérios: 1) avaliação do valor biológico da área; 2) de suas condições de conservação; 3) de políticas institucionais e; 4) da utilidade da biodiversidade.<sup>3</sup> O resultado deste seminário foi baseado nos documentos preparados pelo consórcio das ONGs citadas que possuem caráter conservacionista. A nosso ver esta política demonstra a estratégia conservacionista elaborada pela USAID exposta nos documentos: 1) Biodiversity

---

<sup>1</sup> WWF (Fundo Mundial para a Conservação da Natureza), TNC (The Nature Conservancy) e CI (Conservação Internacional).

<sup>2</sup> WCS (World Conservation Strategy) e WRI (World Resources Institute).

<sup>3</sup> Estes critérios estão baseados no Programa de Conservação Global da USAID.

Support Program<sup>4</sup>, 2) Biodiversity Conservation: A guide for USAID staff and partners<sup>5</sup> e, 3) USAID's Global Conservation Program Working Together to Protect the World's Biological Wealth for Future Generations<sup>6</sup>.

Para Diegues (2008) as ações das grandes ONGs ambientalistas indicam que:

- As grandes ONGs transnacionais têm grande influência sobre políticas ambientais de instituições governamentais, mesmo em países como o Brasil que tem estruturas conservacionistas sólidas. Essa influência se verifica por meio de sua grande capacidade de arrecadação internacional de recursos financeiros para a conservação, dos quais os governos são desprovidos (provenientes de instituições multilaterais – Banco Mundial – e de corporações multinacionais); de grandes e dispendiosas campanhas de mídia; de suas conexões internas com órgão de governo, fornecendo treinamento para funcionários públicos em temas como manejo de áreas protegidas, nos quais são veiculados conceitos e métodos desenvolvidos pelas grandes ONGs conservacionistas; influenciando a determinação de áreas críticas de conservação por meio da organização de seminários para os quais são convidados representantes do governo;
- Os modelos de conservação propostos pelas grandes ONGs tendem a excluir a participação dos povos indígenas e demais populações tradicionais na definição e no manejo das áreas protegidas, aportando não somente recursos financeiros, mas também “modelos de ciências e práticas conservacionistas” pouco adaptados às situações ecológicas e culturais nacionais e locais;
- As grandes ONGs transnacionais de conservação influenciam não somente as instituições governamentais, mas também as ONGs locais, às quais transferem alguns recursos financeiros desde que estas trabalhem de acordo com os modelos apresentados pelas primeiras (DIEGUES, 2008. p. 13-14).

A abordagem colocada por Diegues (2008) nos permite compreender o campo de atuação destas grandes ONGs que irão agir localmente, em diversas regiões do mundo, realizando programas de trabalho com ONGs que servirão aos grandes objetivos da política traçada pelos organismos que elegeram as ONGs como executoras de suas estratégias para a biodiversidade. Sobre a atuação das ONGs no campo ambiental e em vários países, como os ‘novos agentes do imperialismo’, ver Camely (2009).

A pressão que os países imperialistas exercem sobre os países dominados e detentores de rica biodiversidade deve-se ao fato de que são estes os países que são os possuidores dos recursos naturais-chave para o atual padrão da indústria baseada na biotecnologia. Segundo Albagli (2008) os países possuidores de maior biodiversidade são o Brasil, Colômbia, Indonésia, México, Peru, Madagascar e a Austrália (ALBAGLI,

---

<sup>4</sup> Fonte: <http://www.worldwildlife.org/bsp/programs/latin/>

<sup>5</sup> Fonte: [http://www.usaid.gov/our\\_work/environment/biodiversity/usaid\\_pubs.html](http://www.usaid.gov/our_work/environment/biodiversity/usaid_pubs.html)

<sup>6</sup> Fonte: [http://www.usaid.gov/our\\_work/environment/biodiversity/pubs/gcp\\_brochure.pdf](http://www.usaid.gov/our_work/environment/biodiversity/pubs/gcp_brochure.pdf)

1998, p. 64). Os países imperialistas, sendo o principal os EUA, destinam uma grande quantidade de recursos<sup>7</sup> para os países ricos em biodiversidades. O Brasil recebe 31 % destes recursos, e o México 15%, sendo o restante dos recursos recebidos pelos demais países da América Latina, especialmente Venezuela (7,76%), Honduras (5%), Guatemala (4,39%), Bolívia (4,39%), Colômbia (4,29%) e Costa Rica (3,93 %) (CASTRO & LOCKER, 2000, p.28).

Um dado claro sobre como os países imperialistas exercem seus monopólios sobre a biodiversidade é referente ao controle sobre as coleções mantidas *ex situ*. Albagli (1998) cita algumas estimativas que demonstram que mais de 90% das amostras de germoplasmas armazenadas no mundo provém dos países dominados, mas apenas 15% deste material está sobre o controle de seus governos, sendo ainda que 55% do germoplasma coletado no mundo estão armazenado nos países imperialistas e os EUA detêm 22% desse material. Mais de 95% da produção global das 20 maiores safras alimentícias são baseadas em material genético dos países ricos em biodiversidade, leia-se, dos países dominados (ALBAGLI, 1998, p.79).

As políticas preservacionistas do imperialismo norte-americano estão voltadas para a utilização futura de recursos naturais e a descoberta de plantas que sirvam à indústria milionária dos remédios. A USAID trabalha com cifras para o que eles denominam de “valores dos serviços do ecossistema da biodiversidade” e apresenta os dados do potencial do mercado para estes serviços que alcançariam o valor de US\$ 33,3 trilhões, conforme tabela 01:

---

<sup>7</sup> As principais organizações do imperialismo financiadoras de projetos para a proteção da biodiversidade são: Banco Mundial, Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, Agência de Cooperação Alemã – GTZ, USAID, Fundo para o Meio Ambiente Global-GEF, Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Grupo dos Sete – PPG 7, Banco de Cooperação do Governo Alemão – KFW, Fundo Mundial para a Vida Selvagem – WWF (CASTRO & LOCKER, 2000, p. 18).

**TABELA 01 - Valores estimados para serviços do ecossistema**

| <b>Serviços do Ecossistema</b>  | <b>US\$ trilhões</b> |
|---|----------------------|
| Formação do Solo (Soil formation)   | 17,1                 |
| Recreação (Recreation)  | 3,0                  |
| Ciclo de nutrientes (Nutrient cycling)                                      | 2,3                  |
| Oferta e regulação de água (Water regulation and supply)                    | 2,3                  |
| Regulação do clima (temperature e precipitacion)                            | 1,8                  |
| Habitat   | 1,4                  |
| Proteção contra tempestades e inundações (Flood and storm protection)       | 1,1                  |
| Produção de alimentos e matérias-primas (Food and raw materials production) | 0,8                  |
| Recursos Genéticos (Genetic resources)                                      | 0,8                  |
| Equilíbrio do gás atmosférico (Atmospheric gas balance)                     | 0,7                  |
| Polinização (Pollination)   | 0,4                  |
| Outros serviços   | 1,6                  |
| <b>Valores totais dos serviços do ecossistema</b>                           | <b>33,3</b>          |

Fonte: USAID, Biodiversity conservation a guide for Usaid staff and partners (2005, p.13).

Como exemplos da execução dos interesses no mercado da biodiversidade temos a situação da Costa Rica. Em 1991, o Instituto Nacional de Biodiversidad (InBIO), fundação privada sem fins lucrativos da Costa Rica, fechou com a empresa farmacêutica Merck, a maior dos EUA, um acordo para exploração da biodiversidade das florestas costa-riquenses, com apoio de universidades, agências governamentais e não-governamentais dos Estados Unidos e da Europa. A empresa americana co-financia com US\$ 1,3 milhão a realização do Inventário Nacional da Fauna e Flora, um projeto nacional para execução em 10 anos (estimado em US\$ 56 milhões), em troca da cessão do germoplasma de 10.000 espécies, cabendo à Costa Rica uma percentagem nos direitos da comercialização dos produtos eventualmente fabricados a partir deles (ARNT, 1994, p.14).

Por essas razões podemos explicar as preocupações com as populações nativas e outras que conhecem os recursos da floresta amazônica. A maior parte dos críticos à chamada biopirataria não enxergam nenhuma saída a não ser a negociação possível tal como propõem as leis, contratos e outros caminhos mercantis em que essas populações seriam pagas por conhecerem os recursos. Outros mecanismos de mercado são propostos para diminuir o desmatamento como a certificação florestal (as madeiras que saíssem da Amazônia teriam um selo – verde – que identificasse sua origem e a forma de extração – menos predatória -), outros produtos teriam um preço mais elevado e beneficiariam as populações que extraem os recursos, etc. Todas são medidas que supõem um mercado de concorrência perfeita, sem monopólios. Para ilustrar bem o que

citamos acima e a problemática da atuação, principalmente do imperialismo estadunidense na Amazônia, recorremos a Lênin:

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos, etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias primas, etc.etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar seu território econômico e até o seu território em geral. (...) manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas (LÊNIN,[1916], 2000, p.64).

A USAID explicita no seu documento *Biodiversity Conservation: a guide for USAID staff and partners* que seu apoio à conservação da biodiversidade caminha na direção da ajuda externa do governo norte americano, nos seguintes contextos:

- *Promover o desenvolvimento transformador.* A gestão sustentável e conservacionista da biodiversidade pode reforçar a governança participativa e aumentar o crescimento econômico e a qualidade de vida, conservando os recursos e os ecossistemas dos quais as pessoas dependem para seu bem estar, contribuindo, portanto, para o objetivo da USAID de promover o desenvolvimento transformador.

- *Reforçar os Estados frágeis.* A conservação transparente e equitativa e a gestão da biodiversidade através da construção de instituições e capacidades podem melhorar o sistema de governança, reduzir os conflitos sobre os recursos, contribuir para a estabilidade social e política e voltar-se para as causas originárias de muitas necessidades humanas básicas, fortalecendo os Estados frágeis.

- ***Apoiar os interesses geoestratégicos dos Estados Unidos.*** A gestão equitativa e sustentável, a governança e a conservação da biodiversidade podem contribuir para aumentar a estabilidade e a prosperidade em áreas do mundo nas quais o governo dos Estados Unidos identificaram prioridades geoestratégicas.

- *Criar alívio humanitário.* Conservar os ecossistemas e a biodiversidade intactos pode ter um papel importante em minimizar e mitigar os impactos dos desastres naturais (inundações, deslizamentos e secas) e conflitos violentos e aqueles resultantes de emergências humanitárias. Além disso, tomar medidas apropriadas durante a provisão de alívio humanitário pode diminuir os impactos

destas atividades nos ecossistemas locais e criar bases para um desenvolvimento de longo prazo.

- *Diminuir as questões transnacionais e globais.* Além de contribuir para outros objetivos de desenvolvimento, conservar a biodiversidade é um alvo da assistência externa dos Estados Unidos como direito próprio. A biodiversidade é um recurso global crítico para as gerações futuras e atuais e a USAID tem um mandato para conservar este recurso (USAID, 2005, p.4, tradução e destacado nosso)<sup>8</sup>.

Para a política ambientalista e de conservação da biodiversidade a USAID e o Banco Mundial têm se destacado como um dos principais formuladores, implementadores e financiadores de programas e projetos no campo ambiental. Para a execução destas políticas, foram eleitas as grandes ONGs da conservação, como as denomina Diegues(2008), que atuarão com *status* de Estado na execução do que denominam de governança, gestão sustentável e gestão da sustentabilidade em vários países do mundo. As grandes ONGs não atuam sozinhas na execução desses programas e contam com as parcerias, na realidade com a submissão velada, de governos e ONGs nacionais.

### **3 – A re-configuração do espaço agrário na Amazônia como consequência da atuação do ambientalismo ongueiro**

A ação de políticas ambientais na Amazônia tem nas ONGs ambientalistas um dos principais agentes e formuladores destas políticas para a região que se configura em um *ambientalismo ongueiro*, conforme Camely (2009). Este processo acarreta sérias consequências para os que vivem e produzem nestes lugares, que foram transformadas em áreas protegidas, e para todo o país pelo caráter destas medidas por significarem o agravamento do problema fundiário. A situação atual das áreas protegidas nos países da Amazônia<sup>9</sup> é apresentada na tabela 2:

---

<sup>8</sup> Fonte: [http://www.usaid.gov/our\\_work/environment/biodiversity/usaid\\_pubs.html](http://www.usaid.gov/our_work/environment/biodiversity/usaid_pubs.html)

<sup>9</sup> A distribuição da população nos diversos países da Amazônia é um dos indicadores das grandes diferenças da vida nacional desses países. No Brasil embora a Amazônia ocupe 58,8% do território nacional é habitada por apenas 13,3% da população brasileira. Percentual semelhante possui a Bolívia com 14,9% de sua população na área da Amazônia que corresponde a 43,3% deste país. O Peru com 60,9% de sua área na região amazônica sendo que sua população nesta região é de 13% do total nacional. A Venezuela tem praticamente a metade de

**Tabela 2: Áreas protegidas e terras indígenas na Amazônia (km<sup>2</sup>)**

| Países          | Uso indireto <sup>10</sup> | Uso direto <sup>11</sup> | Uso transitório <sup>12</sup> | Total   | Participação das áreas protegidas na Amazônia de cada país |
|-----------------|----------------------------|--------------------------|-------------------------------|---------|--|
| Bolívia         | 54.444                     | 46.448                   | 605                           | 101.497 | 24   |
| Brasil          | 435.950                    | 56.456                   | ---                           | 492.406 | 20   |
| Colômbia        | 66.816                     | ----                     | 306.335                       | 373.151 | 77,2   |
| Equador         | 29.843                     | ---                      | ---                           | 29.843  | 26,0   |
| Guiana Francesa | 26.210                     | 35.584                   | ---                           | 61.794  | 71,4   |
| Guiana          | 5.914                      | ---                      | ---                           | 5.914   | 2,8  |
| Peru            | 77.535                     | 45.565                   | 32.143                        | 155.243 | 19,8   |
| Suriname        | 19.683                     | 5.655                    | ---                           | 25.338  | 15,5   |
| Venezuela       | 171.145                    | ---                      | ---                           | 171.145 | 37,7   |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAISG (2009)<sup>13</sup>.

Para os estados da Amazônia brasileira a política ambiental imperialista resultou em uma nova reconfiguração do espaço agrário desta região, onde 38,18% da área da Amazônia legal encontra-se sob a categoria de unidade de conservação ambiental, conforme os dados por estado: Tocantins (12,62%), Maranhão (12,56%), Mato Grosso (18,03%), Pará (48,01%), Rondônia (44,50%), Amazonas (44,03%), Acre (45,81%), Roraima (52,55%) e Amapá (72,06%)<sup>14</sup>.

No estado do Acre foram criadas várias ONGs que possuem relações com as principais organizações ambientais do imperialismo conforme Camely (2003). A partir de 1999, com a chegada ao governo do Acre da Frente Popular liderada pelo PT, fortaleceu a ação das ONGs no estado e o processo de *onguização*, conforme denomina Piqueras (2000, 2001), dos movimentos sociais da região. Este processo teve forte impacto na vida dos camponeses que vivem em áreas de preservação ambiental no Acre, pois a constituição da Resex Chico Mendes, ao ser apontada como a nova modalidade de reforma agrária para a Amazônia, criou a ilusão de que o problema da terra no Acre

---

sua área na Amazônia (49,5%), com 8,2% de sua população. A Colômbia e o Equador possuem indicadores bem semelhantes, de 4 % e 5% de suas respectivas populações habitam a região amazônica destes países, sendo que para o primeiro a área da Amazônia é de 42% e o segundo de 46,9%.

<sup>10</sup>Uso indireto: Proteção da biodiversidade, paisagem geológica e cênica (caráter estético) compatibilizada com turismo, educação e pesquisa.

<sup>11</sup> Uso direto: Proteção de recursos compatibilizando com uso controlado Segundo planos de utilização.

<sup>12</sup> Uso transitório: Áreas de floresta reservada que pode ou não se converter em áreas protegidas ou concessões, de acordo com estudos.

<sup>13</sup> RAISG – Red Amazônica de Información SocioAmbiental Georreferenciada, acessível em: [WWW.raisg.sociambiental.org](http://WWW.raisg.sociambiental.org)

<sup>14</sup> Fonte: Instituto SocioAmbiental (ISA): [http://www.socioambiental.org/uc/quadro\\_geral](http://www.socioambiental.org/uc/quadro_geral)



estava resolvido. Isto aliado a desmobilização das organizações dos trabalhadores levou a um processo de perseguição e ameaça aos camponeses de serem retirados da terra onde vivem, por órgãos da política ambiental como o IBAMA e posteriormente o ICMBIO (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade).

A Reserva Extrativista Chico Mendes (Resex Chico Mendes), criada em 1990, possui um milhão de hectares que abrange áreas dos seguintes municípios: Rio Branco, Xapuri, Brasília, Assis Brasil e Sena Madureira. De acordo com o relatório sócio econômico e cadastro da Resex Chico Mendes a mesma possuía 1.444 colocações<sup>15</sup> e 1.838 famílias. Cada colocação possui em média três estradas de seringa, o que equivale a uma área em torno de 300 hectares. Segundo este levantamento 88% dos seringueiros exploravam diretamente a colocação e 12% utilizavam a mão de obra de meeiro, agregado, ou mesmo familiares como cunhado, sobrinho ou tio (CNS, 1992, p.10).

Depois de 19 anos de sua criação e de ter sido alardeada como a solução de todos os problemas dos camponeses extrativistas, a situação daqueles que vivem na RESEX Chico Mendes é de graves dificuldades, a maioria vive em condição de miséria, e seguem enfrentando os mesmos problemas do período anterior, e principalmente o problema da terra não está resolvido. Sobre isto nos colocou a atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Teles Cunha<sup>16</sup>:

*A criação da RESEX não resolveu o problema da terra. Hoje os seringueiros estão sob a tutela dos órgãos do estado, como o IBAMA, que impõe regras que impedem a produção. Viver apenas do extrativismo não é possível. Durante estes dezoito anos não foi desenvolvida uma política que garantisse mercado para os produtos extrativistas. Hoje viver exclusivamente do extrativismo é está condenado a viver na miséria. A situação da maioria dos extrativistas é ter de colocar dez latas de castanha num burro e andar dois ou três dias para vender este produto. O mesmo com a borracha e para esta a situação do mercado é muito pior. Dentro da RESEX falta caminho, ponte, o que dificulta e até impossibilita o escoamento da produção. A agricultura também é uma dificuldade, um agricultor me disse que “cansou de plantar milho para criar gorgulho”. É por estas dificuldades extremas que alguns foram criar gado, porque para o gado não falta mercado e ele chega até o mercado com as próprias pernas ou mesmo o comprador vai até lá buscar. Isto é o principal problema dos seringueiros, não ter como viver com dignidade. O acesso a saúde e a educação são inexistentes, se nem na cidade se tem acesso, imagine no campo.*

---

<sup>15</sup> Colocação é uma unidade social e produtiva onde o seringueiro e sua família vivem e desenvolvem suas atividades econômicas. Em média cada colocação possui entre duas a três estradas de seringa, sendo que cada estrada tem uma área que varia entre 70 a 100 hectares. Na colocação o seringueiro constrói sua moradia, coleta produtos florestais e alimentos, desenvolve agricultura e pecuária, possui casa de farinha e explora os produtos extrativistas como a borracha, castanha e madeira.

<sup>16</sup> Dercy Teles Cunha foi presidente do STR de Xapuri em 1981. Em 2006 foi eleita presidente do STR e reeleita em 2009. Entrevista concedida no Pimenteira (Xapuri) em 14/12/2008.

Para combater a criação de gado na reserva em novembro de 2008 o IBAMA realizou na Resex Chico Mendes a operação denominada de “Reserva Legal”. Esta ação foi desencadeada por uma denúncia junto ao Ministério Público de organizações dos trabalhadores<sup>17</sup> que resultou em dois inquéritos na Polícia Federal (IPL n. 030/2008 e o IPL n. 043/2007) com o objetivo de investigar “a ocorrência de desmatamentos, ocupação irregular de terra e criação de bovinos na Reserva Extrativista Chico Mendes e a omissão e inércia do IBAMA no controle da Unidade”. Para resolver esta questão o IBAMA desencadeou a operação na Reserva e o “Plano de Reorganização da Estrutura de Gestão, Ordenamento Territorial e Regularização Fundiária”. No período de 13 de dezembro de 2008 a 06/01/09 acompanhamos na cidade de Xapuri as conseqüências desta operação sobre a vida dos seringueiros e agricultores da Resex Chico Mendes.

Segundo informações do IBAMA foram notificadas por irregularidade 37 seringueiros e agricultores da RESEX e destes vários receberam multas e responderão a processo por crime ambiental. Segundo o IBAMA esta ação visava regularizar a situação de pecuarização na reserva extrativista e a utilização ilegal de áreas por posseiros. Disto resultou um levantamento onde o IBAMA considerava que 25% das famílias da Reserva estavam em situação irregular o que poderia acarretar na retirada de mais de 300 famílias desta área<sup>18</sup>.

Sobre a criação da Resex e da situação dos seringueiros explica Dercy Teles Cunha:

*A idéia que se tinha era que a Reserva Extrativista seria gerenciada pelo seringueiro. Toda essa mudança, essa burocratização, ela se deu ao longo da pelegagem, depois que os líderes do movimento deixaram de representar os interesses dos trabalhadores. Porque este Plano de Utilização da Resex acaba sendo um tiro no pé do seringueiro. Porque do jeito que este plano do IBAMA veta todas as atividades complementares, mas que na realidade são principais, porque o extrativismo está desvalorizado, e os produtos extrativistas que são citados como possibilidades, simplesmente não existem, porque não existe uma política de mercado que dê alguma garantia a estes produtos. Então os trabalhadores da Reserva estão sem alternativas de continuarem vivendo na Reserva, porque do extrativismo é impossível viver e as atividades complementares são inviabilizadas pelas normas estabelecidas pelos órgãos ambientais.*

Os problemas enfrentados na RESEX estão estreitamente relacionados a estrutura das causas do problema da terra no Acre e na Amazônia, ao problema da

---

<sup>17</sup> Estas organizações foram o STR de Brasília, a AMOPREAX e o Conselho Nacional dos seringueiros.

<sup>18</sup> Na reunião do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes, realizada em 30/10/2008, o IBAMA requeria neste conselho o pedido de áreas do INCRA para reassentamento das famílias que poderiam ser retiradas da Reserva.

desmobilização da luta dos trabalhadores e da tutela e repressão dos órgãos ambientais sobre os que vivem em unidades de conservação, conforme nos esclarece a fala de Dercy Teles Cunha:

*Eu acho que, na realidade, o problema da terra só mudou o cenário. Antes a luta pela terra estava entre os pequenos trabalhadores rurais e o grande latifúndio. Hoje o latifúndio deu espaço para as instituições governamentais, como é o caso do Ibama. Na verdade, o problema da terra não foi resolvido, e a minha avaliação é que os trabalhadores nadaram para morrer na praia. Eu lembro que no início da discussão sobre a RESEX Chico Mendes, ela tinha um caráter de ser um novo modelo de reforma agrária que contemplasse os seringueiros, a partir da colocação de seringa. Porque a colocação de seringa é um espaço amplo, que dentro dos padrões de reforma agrária tradicional, não teria como ser viabilizado. Como o seringueiro só sabe cortar seringa, trabalhar nesse espaço, denominado de colocação de seringa, que é a unidade de produção dele. Não teria como fazer uma reforma agrária para ele mudando o estilo de seringal.*

*A reserva extrativista teve a origem de sua discussão a partir desse pensamento. Só que ao longo desses anos, houve uma cooptação das lideranças e com a eleição de um partido, que deram o nome de partido dos "trabalhadores", isso vem mudando. Mudou drasticamente o comportamento dos líderes, que antes defendiam a posse da terra. Que defendiam que aqueles que sempre viveram na Zona Rural, permanecessem vivendo lá, com dignidade.*

*A Reserva, em 1990, foi decretada e regularizada como Reserva Extrativista. Aí foi um histerismo esse novo slogan que é a questão do verde e da defesa na natureza. Quando nós começamos essa discussão da Reserva extrativista ninguém tava preocupado com a questão da natureza, não. Com a preservação da natureza, não. A gente tava preocupado com a preservação da vida daquelas famílias que moravam dentro da Reserva, que a gente tinha que garantir o espaço deles porque é lá que eles sabem viver, que eles sabem construir o modelo de vida deles.*

*Agora, com a junção da defesa do ambientalismo, que foi inventada ao longo desse tempo por alguns intelectuais, criou-se uma situação que não vai ser diferente da do tempo do empate com o grande latifúndio. Porque, hoje, ocorrem os mesmos problemas, que é manter a vida com um mínimo de dignidade dentro dessas comunidades, sem ter uma alternativa de geração de renda. Então, o seringueiro está sendo condenados a deixar a sua colocação. Condenado a migrar da sua colocação por falta de condições de sobrevivência. É uma coisa disfarçada. Uma política de expulsão de forma muito sutil, que se nós não tivermos muita esperteza nem conseguimos perceber. Porque o discurso em defesa na natureza, do meio ambiente está acima de qualquer ser humano.*

*Para mim, o problema da terra não foi resolvido, porque só seria resolvido se além de garantir a posse da terra garantisse também as condições para as pessoas continuarem sobrevivendo, com um mínimo de dignidade, que é o que eles sempre tiveram a partir do extrativismo, e isso está sendo tirado. Porque o extrativismo não está mais propiciando isso e outros meios de atividades não são permitidos, como a agricultura e a criação de animais dentro da Reserva. Então, as pessoas vão viver de quê? Fica uma*

*interrogação no ar. Se não tem do que viver, então, a tendência é o êxodo rural, com certeza.*

O discurso das ONGs e do estado é que a gestão da Resex Chico Mendes garante aos seringueiros, além da terra, autonomia, participação e responsabilidade pelo uso da Reserva conforme estabelece o Contrato de Uso estabelecido entre o IBAMA e as respectivas associações dos trabalhadores. A gestão da Reserva é exercida pelo Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes que é composto por várias organizações: Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, Sindicatos, Cooperativa, Secretarias de Governo, Associações representativas dos moradores da Reserva, universidade, ONGs. Neste fórum são decididas todas as questões referentes à Reserva.

Na reunião ordinária do Conselho Gestor em 31/10/2008 dois acontecimentos demonstram medidas que representam os interesses de grandes empresas para a extração de recursos naturais da Reserva Extrativista Chico Mendes. A representante da Universidade Federal do Acre (UFAC) apresentou ao Conselho o projeto “Promoção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Amazônia Sul Ocidental Brasileira”, financiado pelo Ministério de Assuntos Exteriores da Itália e executado pela Universidade Federal do Acre/Parque Zoobotânico, Cooperazione e Sviluppo (CESCI), além da parceria com várias organizações governamentais e ONGs brasileiras e peruanas. Segundo a representante da UFAc o objetivo deste projeto é contribuir para a gestão sustentável de pelo menos um por cento dos recursos naturais localizados na Bacia do Rio Acre<sup>19</sup>, com duração de trinta e seis meses e financiamento de R\$ 714.000,00 (ATA do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes, 2008).

Na mesma reunião o representante do WWF Brasil apresentou o “Plano de Manejo Comunitário de Óleo de Copaíba”, projeto desenvolvido pelo WWF, que informou que 200 produtores da Reserva já foram capacitados e que este projeto é importante para a geração de renda familiar e o uso sustentável dos recursos naturais. A empresa de cosméticos NATURA S.A. também tem projetos na Resex Chico Mendes

---

<sup>19</sup> As atividades desse projeto estão sendo desenvolvidas nos seringais Belo Horizonte, Macapá, São Francisco do Espalha, Humaitá e Boa Vista (no município de Rio Branco), nos seringais Floresta, Boa Vista e Nazaré (Xapuri) e nos seringais Pindamonhangaba e São Cristóvão (Brasiléia), abrangendo comunidades localizadas na Resex Chico Mendes (ATA do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes, 2008).

aprovados pelo Conselho Gestor, para utilizar semente de jatobá (*Hymenaea*) e sangue de dragão (*Cróton sp*)<sup>20</sup> (ATA do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes, 2008).

Sobre a propaganda de que a participação da sociedade civil e os Conselhos Deliberativos, como do que aqui tratamos das áreas de preservação, garante à participação democrática de todos os representantes, Mori (2004) questiona sobre a composição dos Conselhos:

(...) A pergunta que se põe frente a essa composição é: de que seus membros, tão heterogêneos na natureza, nos interesses, no poder econômico no porte político, no preparo técnico, nas fontes financeiras de sustentação e na própria base geográfica de sua sede, poderão formar uma opinião conjunta válida a respeito de qualquer medida a ser tomada (...)? (MORI, 2004, p.70).

Os seringueiros que duramente lutaram pela terra no movimento dos empates e na luta dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, poderiam ter considerado que chegaram ao poder (como comumente entende-se ocupar postos no aparelho governamental) devido a gama de acontecimentos que elevaram lideranças deste movimento a cargos no executivo, legislativo e no aparelho de Estado. O ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros Júlio Barbosa foi eleito prefeito de Xapuri pelo PT no período de (1996-2004)<sup>21</sup>. Raimundo de Barros, apontado como sucessor de Chico Mendes, foi vereador pelo PT em Xapuri durante três mandatos (1989-2004). Atualmente é vice-presidente da FETACRE, organização que também está cooptada pelo estado por ter uma política de defesa dos interesses dos projetos do governo e não exercer seu papel de articulador da luta classista dos trabalhadores rurais no Acre.

O PT no Acre teve sua ascensão ligada ao movimento seringueiro chegou ao poder estadual numa frente de vários partidos que governa o Estado desde 1999. Desde a campanha eleitoral de 1990, o PT do Acre aciona a trajetória do movimento seringueiro como símbolo da identidade acreana, da acreanidade. Segundo Moraes (2008) esta construção identitária tem contribuído para o consenso em torno das políticas públicas de cunho ambientalista no Estado do Acre (MORAIS, 2008).

---

<sup>20</sup> ICMBIO - Resolução número 13, de 31 de outubro de 2008.

<sup>21</sup> No final da gestão de Júlio Barbosa ocorreu um incêndio na sede da prefeitura de Xapuri, até hoje não esclarecido. Em 19/06/09 Júlio Barbosa foi condenado pela juíza da Vara Cível da Comarca de Xapuri, Zenair Ferreira Bueno, a ressarcir R\$ 28.340,86 aos cofres públicos. O ex-prefeito teve ainda os direitos políticos suspensos por cinco anos, bem como, proibição de contratar com o Poder Público, receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo também de cinco anos. A condenação do ex-prefeito se deu após ficar provado que o mesmo ordenou a realização de despesas não autorizadas em lei e por ter liberado verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes([www.ac24horas.com](http://www.ac24horas.com)), acesso em 19/06/2009.

Marina Silva foi Ministra do Meio Ambiente (2003-2007) no governo Lula. Seu nome foi indicado em Washington pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, juntamente com a indicação do nome de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central do Brasil. Durante a gestão da Marina Silva foi aprovado a Lei de Gestão das Florestas Públicas que significa o aumento do saque e da pilhagem, só que agora regulados pelo Estado, sobre os recursos da Amazônia. Sobre este processo de ascensão de antigos militantes ao aparelho do Estado explica Osmarino Amâncio<sup>22</sup>:

*Nós achávamos que tínhamos chegado ao poder, era vereador, prefeito, governador, senadora e até presidente, tudo companheiro. Aí eu achei que a gente até podia ir para casa. Mas não podia, porque os problemas pioraram. A política da Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente foi uma traição. Nenhum governo anterior aceitou o que ela fez. Primeiro foram os transgênicos, depois criou a Lei de Gestão das Florestas Públicas, que significa o entreguismo de 60 milhões de hectares da Amazônia. Ela ajudou a consolidar e entregar para a iniciativa privada, multinacionais e ONGs um processo de arrendamento destas terras por 40 anos, que podem ser renovados por mais 30 anos. Isto significa a mercantilização de toda a região. Agora foi legalizado a grillagem de terras, são mais de 60 milhões de hectares. Tudo projeto para monocultura de soja e cana para o etanol e o biodiesel, e também para pecuária.*

O discurso do Governo da Floresta é que os conflitos fundiários no Acre estão resolvidos com a criação das Reservas Extrativistas, Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projetos de Assentamento Extrativistas (PAE) e Florestal (PAF). Apresenta os problemas de terra como conflitos sócio ambientais, e a estes dá ênfase em projetos desenvolvidos com ONGs e outras organizações que tem desenvolvido uma gama de projetos, que visam expulsar os camponeses das terras em que vivem e construir imensas áreas de reservas sem população, para o uso dos projetos aos quais servem. A tabela 3 mostra os dados atuais da concentração de terras no Acre e no quadro 1 , o latifúndio no Acre, a divisão das terras privadas e sob controle do Estado.

---

<sup>22</sup> Osmarino Amâncio foi uma das mais importantes lideranças do movimento seringueiro e do Conselho Nacional dos Seringueiros. Continua na militância e na organização dos camponeses na luta pela terra. Entrevista concedida em Brasília em 01/01/2009.

**Tabela 3: Acre: levantamento dos imóveis rurais (2007-2009)**

| Área em hectares | 2007          |      |                  |      | 2009          |      |                  |      |
|------------------|---------------|------|------------------|------|---------------|------|------------------|------|
|                  | N. de imóveis |      | Área cadastrada  |      | N. de imóveis |      | Área cadastrada  |      |
|                  | Quant.        | %    | Quant.           | %    | Quant.        | %    | Quant.           | %    |
| 1 a 100          | 20.132        | 90,5 | 1.033.430        | 17,3 | 22.404        | 90,9 | 1.157.893        | 18,6 |
| 101 a 1.000      | 1.480         | 6,6  | 387.977          | 6,5  | 1.546         | 6,3  | 413.499          | 6,6  |
| 1.001 a 5.000    | 409           | 1,8  | 1.000.623        | 16,7 | 463           | 1,9  | 1.116.407        | 17,9 |
| Acima de 5.000   | 218           | 0,9  | 3.261.729        | 54,6 | 218           | 0,9  | 3.533.190        | 56,7 |
| <b>Total</b>     | <b>22.243</b> |      | <b>5.975.230</b> |      | <b>24.631</b> |      | <b>6.220.990</b> |      |

Fonte: INCRA, Acre – SR.14 / AC (SNRC), 2007, 2009

**Quadro 1 - O latifúndio no Acre**

|  | Área (ha)         | Participação na área total do estado |
|--|-------------------|--------------------------------------|
| <b>Áreas privadas:</b>                       | <b>4.649.598</b>  | <b>28,31</b>                         |
| Área rural cadastrada acima de 1000 hectares | 4.649.598         | 28,31                                |
| <b>Áreas administradas pelo estado:</b>      | <b>7.497.948</b>  | <b>45,66</b>                         |
| Unidades de conservação                      | 5.107.836         | 31,10                                |
| Terras indígenas                             | 2.390.112         | 14,55                                |
| <b>Total de área de latifúndio</b>           | <b>12.147.546</b> | <b>73,96</b>                         |
| <b>Área total do estado</b>                  | <b>16.422.136</b> | <b>-----</b>                         |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ACRE, 2006.

Esta concentração de terras e a enganosa propaganda e projetos do estado para convencer que a constituição da reserva extrativista é a nova modalidade de reforma agrária na Amazônia começa a ser desvendada pelas novas lutas que tem sido desencadeadas nos sindicatos de trabalhadores rurais. A repressão do estado sobre os camponeses tem aberto novas trincheiras de luta para os trabalhadores.

Em 21/07/09 o STR de Xapuri divulgou nota<sup>23</sup> e entrou com ação no Ministério Público de Rio Branco contra o servidor do IBAMA, conhecido como Zé Carlos, que

<sup>23</sup> <http://altino.blogspot.com/2009/07/como-no-tempo-da-ditadura.html> , acesso em 31/07/2009.

foi acusado de humilhar o seringueiro Raimundo Nonato Venâncio Flores na reserva extrativista Chico Mendes. Aqui reproduzimos a íntegra da nota:

*Escrevo para denunciar o fiscal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) conhecido como Zé Carlos. Ele abusou e humilhou o seringueiro Raimundo Nonato Venâncio Flores, conhecido por Caboquinho, que em dezembro próximo passado adoeceu e, por morar só, foi realizar tratamento de saúde em Porto Velho (RO), onde tem familiares, retornando em março deste ano. Ao chegar em Xapuri foi informado de que sua casa havia sido arrombada pelo fiscal, que deixou as portas abertas com todos pertences do seringueiro dentro.*

*Caboquinho conta que antes de ir pra colocação, foi chamado pelo fiscal pra dizer que não botasse mais os pés na colocação, alegando que o fato do mesmo ter se ausentado por três meses caracteriza abandono de posse e o local passará a ser a sede do ICMBio. O seringueiro argumentou que iria voltar por ser aquele seu local de trabalho e moradia desde 1992. Segundo Caboquinho, ao dizer isso Zé Carlos o ameaçou dizendo que se voltasse iria sair de lá preso e moído de pau pela Polícia Federal. Mesmo assim o seringueiro não se intimidou e foi pra sua colocação.*

*Ao chegar lá, encontrou as portas arrebentadas, dando por falta dos seguintes pertences: duas botijas de gás, quatro machados, dois terçados, dez rastelos, cinco trenas, quatro regadores, quatro enxadas, cinco boca-de-lobos, oito pratos, dez talheres e uma foice. Mesmo assim continuou trabalhando no local sem reclamar do ocorrido a ninguém.*

*Na semana próxima passada, o seringueiro foi surpreendido em seu local de trabalho pelo fiscal, que estava acompanhado de policiais militares, mandando que o seringueiro desocupasse a colocação. O seringueiro resistiu. Porém, Zé Carlos o ameaçou dizendo: "hoje tu não sai, mas eu vou voltar aqui com a Polícia Federal e vou te mostrar como você tem que desocupar. Você é um invasor, essa terra é da União". E ofendeu o seringueiro com palavras de baixo calão.*

*Realmente o fiscal cumpriu o que havia prometido. Nesta segunda-feira, 20 de julho, o seringueiro estava limpando o sítio em volta da casa em companhia dos senhores Evaristo Maciel da Silva e José Maria Evangelista, quando o dito fiscal chegou em companhia da Polícia Federal e expulsou o mesmo de sua colocação, acusando o de invasor.*

*Indefeso e humilhado, o seringueiro não teve outra alternativa a não ser obedecer. Vejamos a que ponto nós chegamos. Lembro dolorosamente esse filme na época da ditadura militar, quando os seringueiros eram expulsos de suas colocações sob ameaça dos pistoleiros, jagunços e polícia, todos a serviço dos fazendeiros.*

*Jamais imaginei que no atual governo pudéssemos reviver fatos como esse. Funcionários do governo federal, exercendo os mesmos métodos da ditadura: terrorismo, humilhação, criminalizando os trabalhadores. Será que não basta os mesmos estarem condenados a fome e extinção por estarem proibidos de fazerem seus roçados de subsistência? Lembro toda nossa luta em defesa da floresta, quando tínhamos a ilusão de que estávamos defendendo o que era nosso. Grande engano. A prova está aí: só porque o seringueiro se ausentou três meses de sua colocação por motivo de doença perdeu o direito. Cadê o direito de posse que conquistamos? Não vale mais não? Quer dizer que se o trabalhador ficar doente é obrigado a morrer à mingua? Porque se sair perde o lugar.*

*Vale ressaltar que na colocação de Caboquinho foi realizada uma experiência de desenvolvimento sustentável, onde foram plantadas várias espécies que estão produzindo frutos e madeira, no caso do plantio de teca. Será que quem trabalhou e investiu não tem direito sequer a uma indenização?*



*O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri repudia com veemência essa atitude do fiscal do ICMBio e solicita providência por parte de seus superiores no sentido de coibir os abusos, humilhações e constrangimentos causados pelo fiscal ao seringueiro.*

*Dercy Teles de Carvalho Cunha / Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.*

## **Conclusão**

A política ambiental desenvolvida e aplicada para a Amazônia reflete o grau de submissão do Brasil aos interesses econômicos do imperialismo os mecanismos da democracia burguesa permitem a aparência de soberania e horizontalidade. Nosso estudo procurou demonstrar, a partir da análise da atuação das grandes ONGs, a implantação e as conseqüências da política ambiental imperialista, principalmente estadunidense, na Amazônia brasileira, tendo como foco a situação dos camponeses seringueiros no estado do Acre.

Esta política tem sido alardeada e procura legitimação no problema ambiental, responsabilizando os países pobres e sua população camponesa pelas responsáveis do ‘aquecimento global’. Esta retórica não tem como objetivo analisar os reais problemas ambientais causados pelo padrão de utilização de recursos da economia capitalista. Na realidade a política ambiental implementada tem como claro objetivo a expulsão das populações camponesas de vastas regiões que são transformadas em áreas de proteção ambiental. Como conseqüência milhares de camponeses são expulsos das áreas onde vivem e produzem, ou são criminalizados pela polícia ambiental por suas práticas de caça, pesca e coleta de subsistência, e ainda impedidos de exercer suas atividades na agricultura. Tudo encoberta pelo véu do discurso da proteção do meio ambiente, que alçaram os seringueiros da Amazônia a categoria de “guardiões da floresta”.

Na realidade a política ambiental do imperialismo acarretou a reconfiguração do espaço agrário na Amazônia. Os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2009) apontam para uma diminuição na área dos imóveis rurais, ou seja, a área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros diminuiu em 23,7 milhões de hectares (-6,69%) em relação ao Censo Agropecuário de 1995. O IBGE aponta como possível causa a criação de novas unidades de conservação ambiental (crescimento de 19,9% de área) e demarcação de terras indígenas (crescimento de 128,2%), o que totaliza mais de 60 milhões de hectares. Estes dados revelam a criação de grandes áreas de unidades de conservação que poderão ser utilizados para os programas estratégicos dos países

imperialistas, especialmente o EUA, para a indústria da biotecnologia, e a constituição de grandes áreas de reserva para seu uso futuro.

A atuação das ONGs na implantação destas políticas tem um papel central, porque estas organizações além de definirem a agenda das políticas ambientais, atuam em todas as regiões com o aval do Estado e em lugares onde ele possui pouca ou nenhuma presença. Estas atividades das ONGs ambientalistas podem ser vistas como uma abertura do terreno para a implementação de projetos, convencimento das populações camponesas locais, e também para atividades de saque, pilhagem e biopirataria.

O Brasil além de ser um país dominado, muito longe está de resolver um de seus principais problemas, que é a questão da terra. O país possui um dos piores indicadores mundiais da concentração da terra, tendo o Índice de Gini de concentração fundiária alcançado 0,872 em 2006, um aumento de 1,4% em relação a 1995/1996. O problema agrário tem levado milhões de camponeses a migrarem para os grandes centros, o assassinato de ativistas que lutam pela terra e o atraso do desenvolvimento das forças produtivas no campo e da nação.

A alardeada reforma agrária da Amazônia propagandeada pela formação das Reservas Extrativista, se configura na realidade em uma modalidade de latifúndio estatal, grandes extensões de terra como propriedade de um Estado que atende aos interesses econômicos de grandes grupos e do capital monopolista. Os camponeses da Amazônia buscam em movimentos combativos de luta pela terra a solução de seu principal problema, qual seja, a existência no país de cinco séculos de latifúndio. Agravado atualmente pela constituição de grandes unidades de proteção ambiental, áreas de latifúndio carregadas de potencialidades para o avanço da produção de mercadorias com alto valor agregado, que servirá para atender aos grandes interesses daqueles que secularmente tem espoliado a nação.

## Referência de bibliografia:

ALBAGLI, Sarita. A geopolítica da biodiversidade. Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.

ARNT, Ricardo Azambuja (et all). Seria mais fácil ladrilhar? *In* O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relumme-Dumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994, 276 p.

ATA da V Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes, Xapuri 2008.

CAMELY, Nazira Correia. Los agentes Del imperialismo en la Amazônia occidental. Publicado em Rebelión ([www.rebellion.org](http://www.rebellion.org)) , 06 de julho de 2003.

CAMELY, Nazira Correia. A geopolítica do ambientalismo *ongueiro* na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre. Tese de doutorado (Programa de Pós Graduação em Geografia da UFF), Niterói: 2009.

CASTRO & LOCKER. Mapping Conservation Investments. An Assessment of Biodiversity Funding in Latin America and the Caribbean. USAID / BM, s/l, 2000.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. Relatório Sócio Econômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes. Rio Branco: CNS, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. (org.) A ecologia política das grandes ONGs transnacionais da conservação. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras-NUPAUB/USP, 2008.

IMAZON. Relatório de Atividades de 2007. Belém, Imazon, 2007 (disponível em <http://www.imazon.org.br/especiais/especiais.asp?id=513>).

INCRA. Cadastro de Imóveis Rurais. Rio Branco, SR.14 / AC (SNRC), 2007.

INCRA. Cadastro de Imóveis Rurais. Rio Branco, SR.14 / AC (SNRC), 2009.

LENIN, V. I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2000 1916.

MARTÍN MARTÍN, Víctor O. El papel del campesinato en la transformación del mundo actual. Valencia: Baladre, 2007.

MORAIS, Maria de Jesus. “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana. Tese (Doutorado em Geografia). UFF, 2008.

MORI, Klára Kaiser. A ideologia na constituição do espaço brasileiro. In DÉAK, C. & SCHIFFER, S. R. O processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2004.

PIQUERAS, Andrés. Del movimiento obrero a las ONGs. ¿ El fin de una utopía colectiva?, en Utopias. Nuestra Bandera, nº 186. Madrid, 2000.

PIQUERAS, Andrés. Oenegeismo y política. Paradojas de una sociedad muy poco civil. Revista Témpora nº 4, Madrid, 2001.

USAID, Biodiversity conservation a guide for Usaid staff and partners, 2005. Acessível em: [http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PNADE258.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADE258.pdf)

USAID. USAID'S Global Conservation Program Working Together to Protect the World's Biological Wealth for Future Generations. Acessível em: [http://www.usaid.gov/our\\_work/environment/biodiversity/pubs/gcp\\_brochure.pdf](http://www.usaid.gov/our_work/environment/biodiversity/pubs/gcp_brochure.pdf)